



ISSN: 1988-5245  
<https://doi.org/10.51896/delos>

# DELOS. DESARROLLO LOCAL SOSTENIBLE

D I C E latindex IDEAS EconPapers Dialnet InDICES CSIC MIAR Sucupira

## A CADEIA PRODUTIVA SUSTENTÁVEL DO POVO SATERÉ DA AMAZÔNIA E A REDE EUROPEIA DE COMÉRCIO JUSTO

### **Alicia de Oliveira Cruz**

Bolsista de Iniciação Científica - FAPEAM  
Núcleo Interdisciplinar em Pesquisas Socioambientais – NIPS  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9163-5842>  
e-mail: admhellecmamile@gmail.com

### **William de Souza Barreto**

Economista e Doutor em Desenvolvimento Regional  
Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Núcleo Interdisciplinar em Pesquisas Socioambientais – NIPS  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1295-7582>  
e-mail: william\_sbarreto@hotmail.com

### **Dayna do Socorro Pinto Simões**

Assistente Social e Especialista  
Núcleo Interdisciplinar em Pesquisas Socioambientais – NIPS  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3129-1686>  
e-mail: dayna.simoese@hotmail.com

### **RESUMO**

Ao analisarmos assunto de cunho comercial imagina-se que o equilíbrio entre viver bem não só individualmente, mas coletivamente seja muito dificultoso, principalmente comparando os últimos anos onde as indústrias que têm como matéria-prima produtos vindouros de florestas exploram seus recursos e pessoas envolvidas. O comércio justo europeu traz consigo uma nova perspectiva à forma de trabalho comercial, onde se depara com todas as vertentes envolvidas sendo beneficiadas, aliado a certificações ambientais e assuntos de etnodesenvolvimento que inclui o bem-estar de trabalhadores indígenas e a não exploração exagerada dos recursos naturais. Para o participante do comércio justo a garantia de produtos com valores justos, livres e naturais são os fatores determinantes para a realização das suas compras. O objetivo deste estudo é compreender os aspectos econômicos e sociais do comércio justo junto a cadeia produtiva sustentável do povo Sateré. A metodologia aplicada nesta pesquisa está dividida entre bibliográfica e documental. Pela sua natureza, a pesquisa se enquadra como aplicada e, do ponto de vista de seus objetivos, ela se caracteriza por ser descritiva. Quanto sua abordagem, esta será qualitativa com o uso do método indutivo. Com adoção deste método foi possível concluir as aproximações dos princípios do Comércio Justo com os princípios do Projeto Autônomo Integrado do povo Sateré-Mawé (PAIESM).

**Palavras-chave:** Economia Solidária, Novas Economias, Arranjos socioprodutivos, Território Sustentável, Amazônia.

# **LA CADENA PRODUCTIVA SOSTENIBLE DEL PUEBLO SATERÉ DE LA AMAZONIA Y LA RED EUROPEA DE COMERCIO JUSTO**

## **RESUMEN**

Al analizar un tema comercial, se imagina que el equilibrio entre vivir bien no solo individualmente, sino colectivamente es muy difícil, sobre todo comparando los últimos años donde las industrias que tienen como materia prima productos provenientes de los bosques explotan sus recursos y las personas involucradas. El comercio justo europeo trae una nueva perspectiva a la forma de trabajo comercial, donde todos los aspectos involucrados son beneficiados, combinados con certificaciones ambientales y temas de etnodesarrollo que incluyen el bienestar de los trabajadores indígenas y la explotación no exagerada de los recursos naturales. Para el participante de comercio justo, la garantía de productos con valores justos, gratuitos y naturales son los factores determinantes para la realización de sus compras. El objetivo de este estudio es comprender los aspectos económicos y sociales del comercio justo a lo largo de la cadena productiva sostenible del pueblo Sateré. La metodología aplicada en esta investigación se divide entre bibliográfica y documental. Por su naturaleza, la investigación se encuadra como aplicada y, desde el punto de vista de sus objetivos, se caracteriza por ser descriptiva. En cuanto a su abordaje, será cualitativo con el uso del método inductivo. Con la adopción de este método, fue posible concluir las aproximaciones de los principios del Comercio Justo con los principios del Proyecto Autónomo Integrado del Pueblo Sateré-Mawé (PAIESM).

**Palabras clave:** Economía Solidaria, Nuevas Economías, Arreglos Socioproductivos, Territorio Sustentable, Amazonía.

## **THE SUSTAINABLE PRODUCTION CHAIN OF THE SATERÉ PEOPLE OF THE AMAZON AND THE EUROPEAN FAIR TRADE NETWORK**

## **ABSTRACT**

When analyzing a commercial issue, it is imagined that the balance between living well not only individually, but collectively is very difficult, especially comparing the last years where industries that have as raw material products coming from forests exploit their resources and people involved. European fair trade brings a new perspective to the way of commercial work, where all aspects involved are benefiting, combined with environmental certifications and ethnodevelopment issues that include the well-being of indigenous workers and the non-exaggerated exploitation of resources. natural. For the fair trade participant, the guarantee of products with fair, free and natural values are the determining factors for the realization of their purchases. The objective of this study is to understand the economic and social aspects of fair trade along the sustainable production chain of the Sateré people. The methodology applied in this research is divided between bibliographic and documentary. By its nature, the research fits as applied and, from the point of view of its objectives, it is characterized by being descriptive. As for its approach, it will be qualitative with the use of the inductive method. With the adoption of this method, it was possible to conclude the approximations of the principles of Fair Trade with the principles of the Integrated Autonomous Project of the Sateré-Mawé people (PAIESM).

**Keywords:** Solidarity Economy, New Economies, Socio-productive Arrangements, Sustainable Territory, Amazon.

## INTRODUÇÃO

Uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. Portanto, cada ser humano tem a oportunidade de se desenvolver em liberdade, em uma sociedade equilibrada e em harmonia com o seu ambiente circundante. Desse modo, em uma sociedade sustentável cada ser humano pode desenvolver-se de uma maneira saudável, obter educação adequada, viver num ambiente limpo e segura, usar os recursos não renováveis de modo responsável é contribuir para um mundo sustentável (Nascimento, 2012).

Frente às problemáticas da ruptura dos ciclos econômicos na Amazônia (Homma, 2014) e do uso desordenado da terra (Becker, 2004), conseqüentemente tem-se a exploração desequilibrada dos recursos naturais da Amazônia. Leripio e Leripio (2015), para amenizar esta problemática propõem a consolidação das cadeias produtivas (dimensões econômicas e sociais) e posteriormente sustentáveis (dimensão ambiental).

Montibeller-Filho (2017, p. 18) lembra que para “uma empresa capitalista, duas questões são fundamentais: obter lucro e manter-se no mercado”. As instituições empresariais têm sido gradativamente cobradas pela sociedade a atuar por meio de modelos alinhados às propostas do desenvolvimento sustentável e a pensar padrões de negócio, produtos e serviços que viabilizem ao cidadão o atendimento de suas necessidades ao menor custo socioambiental (Carvalho, 2011).

Barbieri e Cajazeira (2009, p. 69) assinalam que “no âmbito das organizações em geral, o núcleo duro da sua contribuição para com o desenvolvimento sustentável passou a consistir em três dimensões: econômica, social e ambiental”. Nesta concepção, afirma-se que uma empresa está corroborando para o desenvolvimento sustentável (DS) quando seu processo produtivo alcançar resultados positivos em termos econômicos, sociais e ambientais, sendo que o modelo de gestão das cadeias de suprimentos que melhor evidencia essa ideia é conhecido por *Triple Bottom Line* (TBL) (Carvalho, 2011; Coral, 2002; Silva et al., 2013).

Por sua vez, o segundo decorre da pressão (externa) exercida pela sociedade, sobre a imagem da empresa, com a intenção de forçar a organização empresarial a exercer o controle total da sua cadeia de suprimentos e as induzir junto aos seus fornecedores. Neste cenário, de pressões internas e externas, é notório a dificuldade das empresas de implementarem a sustentabilidade nas suas cadeias produtivas. Na Amazônia, além das dificuldades normais para implementação e gerenciamento de uma cadeia de suprimento convencional, têm-se particulares regionais que naturalmente criam obstáculos para a continuidade dos seus ciclos econômicos, tais como grandes distâncias e a dificuldade da comunicação entre *stakeholders*.

Para Becker e Stenner (2008, p. 30), a Amazônia necessita de um futuro que permita valorizar os recursos endógenos, superando a “[...] dicotomia entre desenvolvimento e conservação da natureza, compatibilizando crescimento econômico, inclusão social e uso dos recursos naturais sem destruí-los”. Nesse sentido, destaca-se a importância de se organizar cadeias produtivas completas e contínuas

envolvendo os segmentos de produção e a distribuição até alcançar o consumo final dos produtos localmente desenvolvidos.

Uma alternativa para o atual modelo capitalista seria adoção dos princípios do comércio justo pelas experiências de cadeias produtivas sustentáveis do Baixo Amazonas, são eles: (1) criação de oportunidade para os produtores economicamente desfavorecidos; (2) responsabilidade e transparência nas trocas de informação; (3) práticas de negociação no comércio duradoura; (4) pagamento de preço justo pelo trabalho dos produtores; (5) renúncia total do trabalho infantil ou forçado, (6) compromisso de não discriminação; (7) assegurar boas condições de trabalho, saudável e seguro; (8) incentivo à capacitação dos produtores; (9) promoção dos princípios de comércio justo aos consumidores; por fim, (10) respeito pelo meio ambiente (Stelzer et al., 2016; WFTO, 2018).

A motivação para realização deste estudo advém da necessidade de compreender quais os aspectos econômicos e sociais do comércio justo junto a cadeia produtiva sustentável do povo Sateré?

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O comércio justo é uma forma de atividade de troca desenvolvida em 1946 e aprimorada na década de 1960 e novamente na década de 1980 por instituições americanas e europeias como forma de promover a sustentabilidade cultural e ambiental capacidade e trazer maior retorno econômico aos produtores marginalizados. É apoiado por produtores que voluntariamente abraçam as diretrizes do comércio justo, trabalhando juntos de forma cooperativa, compartilhando recursos, melhorando a qualidade do produto e proporcionando transparência. Segundo Steen (2013, p. 489 tradução nossa) “o comércio justo também é apoiado por consumidores que abraçam seus valores socialmente responsáveis e/ou qualidades do produto, escolhendo para comprar produtos de comércio justo”.

Nos meados do século passado surgiu na Europa e nos EUA a ideia de tornar o comércio uma fonte de recursos e inclusão social para comunidades empobrecidas de países em desenvolvimento. O Comércio Justo (CJ) teve sua gênese na década de 40, “graças à preocupação de grupos progressistas que entenderam a possibilidade de inserção de pequenos produtores no mercado internacional, como uma alternativa para a diminuição da pobreza no hemisfério sul” (Prata, 2016, p. 4). Esse crescimento se deve também ao aumento da consciência do consumidor e sua preocupação em buscar alimentos e outros produtos de qualidade que também trouxessem incorporados a preocupação com o meio ambiente e a inclusão socioeconômica das populações economicamente mais vulneráveis (Forno & Graziano, 2014).

A mobilização da sociedade civil brasileira para a promoção do comércio justo (CJ) começou em 2001, quando as instituições ligadas aos produtores e organizações de auxílio e fomento, em companhia com a delegação do governo brasileiro, passaram a sistematizar o que viria a ser, três anos depois, em 2003, o Fórum de Articulação do Comércio Justo, Ético e Solidário (Stelzer & Gomes, 2016). A próxima etapa foi a institucionalização dessas iniciativas para a captação de recursos e a realização de estudos e pesquisas. Assim surgiram,

O Instituto Faces do Brasil, uma organização não governamental (ONG) que, em 2004, já contava com 18 associadas. Depois de muitos debates, audiências públicas e aglutinação,

outras duas representações importantes são criadas, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (que se caracteriza como movimento social) e a ECOJUS Brasil (entidade informal de representação de produtores brasileiros que exportam sob a marca fair trade) (Mendonça, 2011, p. 56).

De forma distinta, emergiu o comércio justo (CJ), considerado um movimento de dimensões múltiplas (social, econômica, ambiental, política) que se apresenta na qualidade de alternativa ao comércio convencional hegemônico, regido por valores éticos e que se preocupa com toda a cadeia logística (Stenn, 2013).

O comércio é considerado Justo em virtude de uma série de fatores, e especialmente porque o preço é justo, vale dizer, cobra os custos de um rendimento digno, ambientalmente responsável e socialmente inclusivo. Com isso, há grande atenção não somente com as condições de trabalho do produtor (além da sua família e comunidade), mas também com o consumidor, que pode adquirir bens de forma ética (Stelzer & Gomes, 2016, p. 22).

Internacionalmente, destacam-se instituições como *Fairtrade Labelling Organizations International* (FLO), *World Fair Trade Organization* (WFTO), *European Fair Trade Association* (EFTA) e *Red European World Shops* (NEWS). Essas organizações que propuseram um conceito comum sobre o comércio justo expresso pela definição:

[...] relação de troca, baseada no diálogo, na transparência e no respeito, que busca maior igualdade no comércio internacional. Contribui ao desenvolvimento sustentável oferecendo melhores condições comerciais e assegurando o direito dos pequenos produtores e trabalhadores marginalizados, especialmente do Sul (Mendonça, 2011, p. 60).

O Comércio Justo (CJ) é um movimento transnacional preocupado com a promoção de condições de mercado mais justas entre países consumidores e produtores de países em desenvolvimento. Com isso, há grande atenção não somente com as condições de trabalho do produtor (além da sua família e comunidade, e que deve se estender por toda a cadeia logística), mas também com o consumidor que pode adquirir bens de forma ética. Trata-se de um raciocínio muito diferente do praticado pelo neoliberalismo, pois no CJ as pessoas são consideradas mais importantes que o lucro. De acordo com a WFTO (2018), organização mundial que dirige aspectos importantes do CJ, os dez princípios que sustentam essa prática são os seguintes:

- 1 Criação de oportunidades para produtores economicamente desfavorecidos;
- 2 Transparência e responsabilidade na troca de informação e na tomada de decisões;
- 3 Práticas comerciais justas, estáveis, duradouras, em respeito pelo bem-estar social, ambiental e econômico dos pequenos produtores;
- 4 Pagamento de um preço justo pelo trabalho dos produtores, sem desigualdades entre gêneros;
- 5 Renúncia total ao trabalho infantil ou forçado;
- 6 Compromisso de não discriminação, igualdade de gêneros e liberdade de associação;
- 7 Boas condições de trabalho, saudáveis e seguras;
- 8 Incentivo à capacitação dos produtores e desenvolvimento

das suas competências; 9 Promoção dos princípios do Comércio Justo aos consumidores; e 10 Respeito pelo ambiente (Stelzer & Gomes, 2016, p. 31).

Segundo Gaiger (2005, p. 7) deve-se repelir “o discurso prescritivo ou normativo, pródigo em enaltecimentos e em apontar o que falta para uma autêntica economia solidária”. Conforme o autor, um modo de descrever esses empreendimentos, com mínima objetividade, seria listar seus atributos principais:

a) constituírem organizações supra familiares permanentes; b) sob propriedade ou controle dos sócios-trabalhadores; c) com emprego ocasional e minoritário de trabalhadores não associados; d) de gestão coletiva das suas atividades e da alocação dos resultados e) com registro legal ou informais; f) de natureza econômica, direcionada à produção, comercialização, serviços, crédito ou consumo (Gaiger, 2005, p. 8).

### **Certificação Ambiental**

A preocupação com o meio ambiente passou a se tornar presente com o passar dos anos, desta forma iniciou-se uma busca por mudanças e novas questões foram levantadas sobre os meios tradicionais. Em meio a tais questionamentos surgem diversas propostas, entre elas uma que seria o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o cuidado com o meio ambiente, este seria o desenvolvimento sustentável (Max-Neef, 2012; Sampaio, 2010). Tal proposta que busca por harmonia entre ações tomadas hoje e o como isso se refletirá no futuro, esta já demonstra sua importância ao modo jurídico internacional, externo ou interno, que conta até mesmo com a Constituição da República Federativa Brasileira (Boff, 2016). É de qualquer forma buscado algo que se adapte para este novo meio e que vise proteção ao meio ambiente, o surgimento da certificação ambiental se demonstra necessário quando que por meio deste, empresas – em ponto de vista também de político econômico – busquem por melhorar em questão de reduzir o impacto ao meio ambiente, garantir vantagem concorrente e para aumentar e buscar ser vista no comércio.

Nos deparamos com outra autora que também destaca a relação da certificação ambiental com a competitividade:

A certificação ambiental está relacionada, desde a sua origem, ao estímulo da competitividade, visando garantir processos com menor impacto ao meio ambiente, tendo como base a adoção de normas técnicas e jurídicas. A Organização Mundial do Comércio (OMC) é responsável por coordenar as negociações das regras do comércio internacional e supervisionar a prática de tais regras, além de coordenar as negociações sobre novas regras ou temas relacionados ao comércio (Peixoto, 2009, p. 15).

No Brasil seus produtos são carregados de vantagem competitiva no mercado exterior, fazendo o país se unir aos países pioneiros a adoção das certificações, até mesmo antecipando suas formas para que se tornem cada vez mais cuidadosas com o meio ambiente. Quando exigido as certificações para seus produtos, o Brasil se deparou com uma espécie de barreira que o impediria de exportar,

como por exemplo na Inglaterra quando o ativismo pressionou para a não-utilização do mogno brasileiro – que possivelmente seria originário de terras indígenas – sendo desta forma o encerramento de compras, cartas à família real e notícias de alarme (Barreto et al., 2021).

Considerando uma maior abrangência observamos que etiquetas e rótulos começam a se tornar conceituados, pois seus produtos agora exigem um menor impacto no meio ambiente, isso garante uma maior visualização do público comparado aos outros itens no mercado. A certificação ambiental apresenta alguns pontos básicos que a caracterizam: (1) é voluntária e independente, pois é aplicada por terceiros a quem se disponha a integrar o sistema, (2) é aplicada, conforme critérios bem definidos, a produtos, famílias de produtos e processos; (3) é positiva, ou seja, representa premiação, e, como tal, torna-se um instrumento de marketing das empresas; (4) é um mecanismo de informação ao consumidor; (5) difere da certificação convencional, que é baseada em normas (qualidade mínima) ou critérios (excelência); (6) difere dos rótulos informativos de produtos, que apresentam dados técnicos, como composição, reciclabilidade etc.; (7) difere das etiquetas de advertência ou alerta, normalmente obrigatórias, quanto à periculosidade de venenos, cigarros etc (Stelzer & Gomes, 2016).

### **Etnodesenvolvimento**

O termo Etnodesenvolvimento tem origem sociocultural no contexto interétnico mexicano e emergiu no cenário nacional e internacional como uma alternativa ao recorrente discurso que apregoa que os povos indígenas são obstáculos ao dito “desenvolvimento” (Verdum, 2006).

Se por um lado o “desenvolvimento” é visto como sinônimo de “progresso”, de “industrialização” e oposto a “pobreza”; o etnodesenvolvimento emerge como contraponto ao desenvolvimento visto apenas pelo viés econômico. O “etno” no “desenvolvimento” atribui um adjetivo ao processo que respeita as experiências históricas e os potenciais tradicionais e ambientais de cada povo e/ou comunidade indígena. Se por um lado as comunidades indígenas são vistas como empecilho ao desenvolvimento, o etnodesenvolvimento se apresenta como avesso do desenvolvimento pelo viés puramente econômico (Stenn, 2013).

Conforme Verdum (2006), o surgimento da questão etnodesenvolvimento ocorreu no debate de 1981 em São José da Costa Rica, por ocasião de uma reunião de especialistas em etnodesenvolvimento e etnocídio na América Latina. O conceito de etnodesenvolvimento se formou então como um contraponto crítico e alternativo às teorias e ações desenvolvimentistas e etnocidas, que tomavam as sociedades indígenas e as comunidades tradicionais em geral como obstáculo ao desenvolvimento, à modernização e ao progresso.

Este se trata como uma forma de inclusão que surgiu para um movimento que sempre buscou por ser reconhecido no ponto de vista étnico e da diversidade cultural. Tal movimento caminha lado a lado aos ideais de desenvolvimento econômico.

Para Stavenhagen (1985, p. 57), “o etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus

interesses". Ao falarmos sobre os princípios básicos deste desenvolvimento destacamos: impor necessidades básicas para que satisfaça o maior número de pessoas, sobre o crescimento no ponto de vista econômico; priorizar falas, ideias para resolução de problemas, entre outros assuntos locais aqueles que são proprietários e internos; valorização e utilidade de ciência local ou tradições; preocupar sempre com o bem estar do meio ambiente, não utilizar formas de grande impacto; buscar pela auto sustentação e a independência de pessoal ou técnico e tentar concluir com integral de base.

O conceito de etnodesenvolvimento se "formou então como um contraponto crítico e alternativo às teorias e ações desenvolvimentistas e etnocidas, que tomavam as sociedades indígenas e as comunidades tradicionais em geral como obstáculo ao desenvolvimento, à modernização e ao progresso" Verdum (2002, p. 88).

Em contrapartida, Grunewald (2003, p. 8), apresenta mais um conceito sobre etnodesenvolvimento, porém, outro olhar:

Em primeiro lugar, gostaria de salientar que, do jeito como venho escutando, a noção de etnodesenvolvimento aparece como sinônimo de desenvolvimento sustentável aplicado a grupos étnicos ou comunidades étnicas. Não sou favorável a esta simples aplicação na medida em que não se trata de sustentabilidade étnica o que está em foco em tais referências, mas desenvolvimento econômico autossustentável no âmbito dessas comunidades. Ou seja, o objetivo do desenvolvimento referido não destaca o fortalecimento das etnias, mas simplesmente o desenvolvimento econômico dessas comunidades. Não que eu ache que a noção de etnodesenvolvimento deva excluir o desenvolvimento sustentável das comunidades étnicas, mas percebo que, embora teoricamente mais ampla, a definição (tal como aplicada verbalmente na maioria dos casos) é pouco abrangente e se reduz a isso.

## **PROCEDIMENTOS DA PESQUISA**

Neste tópico, procurou-se apresentar o método e os procedimentos da pesquisa utilizados para este estudo, como a bibliográfica, pesquisa documental e observação participante:

O primeiro método de pesquisa utilizado nesse estudo foi a pesquisa bibliográfica pois foi necessária para sistematização dos conceitos, dos princípios e das teorias sobre os temas que balizaram este estudo. Segundo Severino (2016, p. 30),

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

A revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental antes da elaboração ou desenvolvimento de um estudo, artigo, tese ou dissertação. Essa etapa não pode ser aleatória, por esse motivo ela implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções atentos ao objeto de estudo (Cervo et al., 2007).

O segundo método, a pesquisa documental, foi caracterizado pelo uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das ciências, porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (Mattar, 2017)

Segundo Marconi e Lakatos (2013), são documentos todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver. Nesta concepção é possível apontar vários tipos de documentos: os escritos; os numéricos ou estatísticos; os de reprodução de som e imagem; e os documentos-objeto.

A pesquisa documental nesse estudo teve o papel de esclarecer os conteúdos sobre o comércio justo europeu, certificação ambiental e documentos para acesso as questões do consórcio e dados sobre a tribo Sateré-Mawé.

Por último, o método da observação participante. Este método é uma técnica de investigação social em que o observador partilha, na medida em que as circunstâncias o permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade (Mattar, 2017). Uma das vantagens da utilização dessa técnica é a possibilidade de um contato pessoal do pesquisador com o objeto de investigação, permitindo acompanhar as experiências diárias dos sujeitos e apreender o significado que atribuem à realidade às suas ações (Marconi & Lakatos, 2013).

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

A Guayapi foi fundada em 1990 por Claudie Ravel, Laerte Coaracy e Dr. Bernerd Touati, a Guayapi tem como seu objetivo promover e disseminar, na comunidade europeia, as plantas silvestres da Amazônia e do Sri Lanka, a partir dos seguintes critérios fundamentais: (1) orgânico, (2) social (comércio justo) e (3) meio ambiente (biodiversidade).

A maior dificuldade de inúmeras populações indígenas e tradicionais é alcançar aos mercados locais e internacionais. Por este motivo a Guayapi vem apoiando a tribo indígena Sateré-Mawé, em 1993 participavam do projeto 6.000 índios e hoje em dia a Guayapi conta com 18.000. Quando a Guayapi apoia o Projeto Waraná do povo Sateré, ela está fortalecendo a preservação da identidade, da cultura e do território dos indígenas Sateré-Mawé (Nusoken, 2016)

A entrada no mercado europeu, dos produtos oriundos da terra indígena Andirá-Marau, só foi possível graças a Claudie Ravel, acompanhada pelos seus dois assessores científicos Bernard Touati e Laerte Coaracy passou 3 anos, entre 1987 e 1990, reunindo dossiês científicos e jurídicos a serem apresentados às autoridades francesas e europeias. Este trabalho permitiu-lhe recolocar o guaraná no mercado em 1990 como alimento ou suplemento alimentar. Hoje, o Guaraná integra milhares de produtos alimentícios e cosméticos na França (Nusoken, 2017).

Por fim, o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé, encontra-se na reserva indígena Andirá-Marau, ela é coordenada pelo Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM), se trata de uma organização política diretamente do povo Sateré, é formada por 90 tuxauas das aldeias Sateré-Mawé e tem como função a proteção de seu território as ações de desmatamento ilegal, também protegendo de construção de mineradoras próximas a sua reserva, desta maneira eles buscam autonomia comercializando produtos que vêm de seu território (Nusoken, 2016).

A terra indígena Andirá-Marau está localizada entre a fronteira do sudeste do estado do Amazonas com o Pará, mais precisamente na área do médio Amazonas. Nas cidades de Barreirinha, Parintins, Maués, Nova Olinda do Norte e Manaus também se encontra o povo Sateré, cidades que estão todas situadas no estado do Amazonas. Segundo Lorenz (2015), o território possui uma população de 13.350 indígenas; desde total, participam 338 famílias de produtores (Nusoken, 2016)

Em 1993 o Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM) substituiu o “Projeto Sateré-Mawé” pelo de Etnodesenvolvimento chamado de “Projeto Guaraná” (Bartoli, 2015). A este projeto, além da dimensão econômica foram acrescentados os aspectos culturais, ecológicos, territorial e social com apelo para o mercado internacional. Em 1996 foi dado início às operações de comercialização, beneficiamento e exportação do guaraná por meio de uma empresa parceira do CGTSM porque o conselho, por ser uma organização política e não produtiva, não poderia realizar a atividade de exportação (Bursztyn, 2012). Esse sistema de parceira durou até a concepção do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé constituído em 2008 e formalizado em 2009. O CPSM é uma associação privada de natureza jurídica vinculada ao Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé para atuar na comercialização dos produtos indígenas (Barreto, 2019).

Apesar das atividades de comercialização pela rede de comércio justo europeu, foi inaugurada em 2008 a pousada Aldeia Vintequilos pelo próprio Consórcio devido à grande demanda de visitantes visando conhecer a produção e extração dos produtos. A pousada é um empreendimento de turismo comunitário, situa-se próximo as terras indígenas Sateré-Mawé e proporciona ao visitante experiências com cultura, lenda e tradições indígenas do povo conhecido como filhos do guaraná (Barreto et al., 2020, 2021).

Foi possível averiguar que em 1993 quando nasceu a iniciativa do “Projeto Guaraná” ou Projeto Integrado de Etnodesenvolvimento do Povo Sateré-Mawé no âmbito do CGTSM (Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé), inicialmente, o projeto valoriza o saber-fazer tradicional do cultivo e processamento do guaraná, enraizado no mito e na política oral, na participação direta dos produtores indígenas associados, buscando as relações autônomas com os mercados nacionais e internacionais.

Atualmente, os produtos da sociobiodiversidade são adquiridos diretamente dos produtores a um preço justo, são certificados (agricultura orgânica – IBD e de floresta análoga – FGP), processados (na Unidade de Beneficiamento da Sociobiodiversidade em Parintins) e vendidos para o mercado nacional e internacional.

Além disso também é aplicado mais alguns princípios do comércio justo nas visitas para a observação do procedimento do guaraná, na pousada vintequilos também é passado a experiência culturas, linguística sem agredir nenhuma diretriz.

O nome da pousada é uma homenagem aos primeiros vinte quilos de guaraná vendidos em 1996 à rede de comércio justo europeu. Em suas proximidades estão localizadas várias aldeias indígenas, nas quais são celebrados rituais com danças e músicas. Além das culturais, são apresentadas atividades ecológicas, como passeios pela floresta e nos labirintos de rios e igarapés que compõem a beleza selvagem da região. As visitas são possíveis por períodos breves, no máximo de três dias e incluem transporte de Parintins até a pousada. Suas acomodações são do tipo chalé com infraestrutura para receber no máximo 20 pessoas por visitação (Peixoto, 2009).

O Consórcio (CPSM), além de intermediador, é o aspecto econômico do projeto que agrupa a capacidade de beneficiamento, economia, finanças, administrativas e a comercialização que objetivam o desenvolvimento econômico do território indígena Andirá-Marau e do seu povo, respeitando a natureza e garantindo-a para as futuras gerações (Medeiros et al., 2018; Zylbersztajn & Lins, 2010).

Além das aproximações dos princípios do Comércio Justo com o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé supracitados. Pode-se observar mais dois princípios do comércio justo sendo aplicados, sendo eles: Boas condições de trabalho, saudáveis e seguras e respeito pelo ambiente. Destacando a renda mensal que ajuda muitas famílias indígenas.

O fato é que é possível a convivência em bem-estar e as terras Andirá-Marau podem ser vistas como inspiração para outros projetos pelo mundo. Assegurando que até a comercialização sem agressão ao meio ambiente, por preços justos e com produto de qualidade que também não fazem mal ao consumidor.

## **CONCLUSÃO**

Este estudo teve como objetivo compreender os aspectos econômicos e sociais do comércio justo junto a cadeia produtiva sustentável do povo Sateré. Identificar as aproximações dos princípios do comércio justo europeu são aplicados na gestão territorial dos produtores Sateré-Mawé. Baseou-se, em pesquisas bibliográficas em artigos e livros que unem tanto estudos sobre o comércio justo, quanto sobre o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM).

Quando citado “Comércio Justo Europeu” imagina-se algo inalcançável e muito diferente da realidade encontrada na região do Baixo Amazonas, porém a rede de comércio justo é uma organização que representa essa aproximação e aplicação na prática, por meio disso pode-se observar que é possível o equilíbrio entre o bem-estar da natureza, dos nativos com a comercialização de produtos justos e limpos.

Portanto, a promoção dos princípios do Comércio Justo aos consumidores é um dos princípios que observamos ao pesquisarmos sobre a Guayapi. No portal oficial da Guayapi são exibidos os relatos dos consumidores membros e explicações aos consumidores que ainda não possuem o conhecimento do comércio justo esclarecendo-os sobre o assunto.

## **AGRADECIMENTOS**

Os autores agradecem à FAPEAM, pelo apoio financeiro concedido à realização de pesquisa de campo, por meio do projeto “Cadeia Socioprodutiva da Meliponicultura Selvagem do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé”, aprovado na chamada EDITAL N. 003/2020 – PAINTER.

## REFERÊNCIAS

- Barbieri, J., & Cajazeira, J. (2009). *Responsabilidade Empresarial e Empresa Sustentável. Da teoria à prática*. Saraiva.
- Barreto, W. S. (2019). *Cadeia produtiva sustentável em experiências emblemáticas na Amazônia: a transição para uma economia de baixo carbono*. 168f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau-SC.
- Barreto, W. S., Sampaio, C. A. C., Bilotta, P., & Jardim, M. A. G. (2021). CADEIA PRODUTIVA SUSTENTÁVEL DO WARANÁ NA AMAZÔNIA. In A. S. M. Filocreão, A. Pizzio, & I. M. Theis (Eds.), *Intenções de desenvolvimento em espacialidades desiguais*. EDUFT.
- Barreto, W. S., Sampaio, C. A. C., Bilotta, P., Romano, R. G., & Jardim, M. A. G. (2020). TERRITÓRIO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA: um estudo sobre a experiência de gestão territorial do povo Sateré-Mawé. *Red Iberoamericana de Intradroses Sobre Globalizacion y Territorio*, 1(1), 1–27.
- Bartoli, E. (2015). Reestruturação Urbana: agentes, redes, escalas e processos espaciais. *Geografia Urbana*, 14(1), 1–23.
- Becker, B. K. (2004). A Amazônia e a política ambiental brasileira. *Geographia*, 6(11), 1–16.
- Becker, B. K., & Stenner, C. (2008). *Um futuro para a Amazônia*. Oficina de Textos.
- Boff, L. (2016). *Sustentabilidade: o que é e o que não é* (5th ed.). Editora Vozes.
- Bursztyn, I. (2012). *Desatando um nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Carvalho, A. P. DE. (2011). *Gestão Sustentável de Cadeias de Suprimentos: Análise da indução e implementação de práticas socioambientais por uma empresa brasileira do setor de cosméticos* [Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011]. In *Fundação Getúlio Vargas* (Vol. 1). <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Cervo, A. L., Bervian, P. A., & Da Silva, R. (2007). *Metodologia científica* (6th ed.). Pearson Prentice Hall.
- Coral, E. (2002). *Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial*. UFSC.
- Forno, F., & Graziano, P. R. (2014). Sustainable community movement organizations. *Journal of Consumer Culture*, 14(2), 139–157. <https://doi.org/10.1177/1469540514526225>
- Gaiger, L. I. (2005). Apontamentos sobre a natureza do vínculo solidário na vida econômica. *ANPPCS*, 1–23.
- Grünewald, R. de A. (2003). Turismo e etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, 9(20), 141–159. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832003000200008>
- Homma, A. K. O. (2014). Guaraná: passado, presente e futuro. In A. K. O. Homma (Ed.), *Extrativismo Vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação* (pp. 305–319). Embrapa.
- Leripio, A. D. A., & Leripio, D. C. (2015). Cadeias produtivas sustentáveis. *Períodicos UFSC*, 1, 142–159.
- Lorenz, S. da S. (2015). *Sateré Mawé - Povos Indígenas no Brasil*. Instituto Socioambiental (ISA).

- [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Sateré\\_Mawé](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Sateré_Mawé)
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2013). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. (7th ed.). Atlas.
- Mattar, J. (2017). *Metodologia científica na era digital*. Saraiva.
- Max-Neef, M. A. (2012). *Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores*. Edifurb.
- Medeiros, M. S. de, Augusto, L. G. da S., Barca, S., Sacramento, D. S., Neta, I. S. S., Gonçalves, I. C., & Costa, A. M. (2018). A saúde no contexto de uma reserva de desenvolvimento sustentável: o caso de Mamirauá, na Amazônia Brasileira. *Saúde e Sociedade*, 27(1), 128–148. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018170514>
- Mendonça, H. (2011). Comércio justo e economia solidária no Brasil e o papel da política pública na sua promoção. *Mercado de Trabalho (IPEA)*, 49(Nov 2011), 59–65.
- Montibeller-Filho, G. (2017). Empresas e Sustentabilidade Econômica. In A. Philippi Jr, C. A. C. Sampaio, & V. Fernandes (Eds.), *Gestão empresarial e sustentabilidade*. (p. 1139). Manole.
- Nascimento, E. P. do. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, 26(74), 51–64. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100005>
- Nusoken. (2016). *Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé*. Portal Dos Filhos Do Waraná. <http://www.nusoken.com/home>
- Nusoken. (2017). *A caminhada do CPSM - Pousada Vinte Quilos*. Portal Dos Filhos Do Waraná. <http://www.nusoken.com/home/a-caminhada-dos-produtores>
- Peixoto, K. P. F. (2009). *Comércio justo e o turismo comunitário na Amazônia : ideais , práticas e nós do mercado*. Universidade Federal do Pará.
- Sampaio, C. A. C. (2010). *Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações*. (C. C. Sampaio (ed.)). Edifurb.
- Severino, A. J. (2016). *Metodologia do trabalho científico* (24th ed.). Cortez.
- Silva, M. E. da, Neutzling, D. M., Alves, A. P. F., Dias, P., Santos, C. A. F. dos, & Nascimento, L. F. M. do. (2013). Gestão da Cadeia de Suprimentos Sustentável: entendendo o discurso brasileiro. *EnANPAD*, 1–16.
- Stavenhagen, R. (1985). Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico*, 13–56.
- Stelzer, J., & Gomes, R. (2016). *Comercio Justo e solidário no Brasil e na América Latina*. UFSC. <https://biblioteca.consumoresponsavel.org.br/files/original/d2403dfc5c8440cf77508f937310c705.pdf>
- Stelzer, J., Todescat, M., & Gonçalves, E. das N. (2016). O Projeto Ilha Rendada e o Comércio Justo: princípios normativos, práticas e desafios. In J. Stelzer & R. Gomes (Eds.), *Comércio Justo e Solidário no Brasil e na América Latina* (p. 416). UFSC.
- Stenn, T. (2013). Comercio Justo and Justice: An Examination of Fair Trade. *Review of Radical Political Economics*, 45(4), 489–500. <https://doi.org/10.1177/0486613412475189>

- Verdum, R. (2002). Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas : a contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). *Etnodesenvolvimento e Políticas Úblicas: Bases Para Uma Nova Política Indigenista*, 87–101. <http://laced.etc.br/site/arquivos/05-Etnodesenvolvimento.pdf>
- Verdum, R. (2006). *Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia de indigenismo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- WFTO. (2018). *Home of Fair Trade Enterprises*. World Fair Trade Organization. <https://wfto.com/>
- Zylbersztajn, D., & Lins, C. (2010). *Sustentabilidade e Geração de Valor – A Transição Para o Século 21* ((Org.)). Editora Campus.